

Contrata Consultor na modalidade Produto

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 15/2023 - REPUBLICAÇÃO

1. Perfil: Graduação superior nas áreas de conhecimento de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Administração de Sistemas de Informação e/ou em Tecnologia da Informação

2. Nº de vagas: 02 (duas)

3. Qualificação educacional: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, nas áreas de conhecimento de Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Administração de Sistemas de Informação e/ou em Tecnologia da Informação, e desejável certificado de Pós-graduação em nível de especialização na área de Análise de dados e/ou Gestão de Projetos, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

4. Experiência profissional: obrigatório experiência profissional de no mínimo de 5 (cinco) anos na área de TI, com conhecimento em análise de sistemas, teste de software, análise de negócios e requisitos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado. obrigatório experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento de sistemas informatizados no âmbito da Administração Pública Federal. desejável experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em gerência e/ou coordenação de projetos; desejável experiência profissional mínima de 3 (três) anos em levantamento de requisitos, análise de impacto, integração entre sistemas;

5. Atividades a serem executadas: As atividades são comuns para todos os produtos

CONSULTOR 1 – CGPES

Atividade 1 - Estudar a base de dados do SIMEC a fim de entender as funcionalidades de diagnóstico, planejamento, monitoramento e prestação de contas da assistência técnica e financeira, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, para implementação do PAR 5;

Atividade 2 - Realizar reuniões com os gestores que operacionalizam o SIMEC, de forma a compreender as dificuldades existentes quanto às funcionalidades descritas na Atividade 1;

Atividade 3 - Realizar mapeamento da rotina de tratamento de dados acerca do Plano de Ações Articuladas – PAR 5, especificamente quanto à gestão dos Planejamentos extraídos por meio do SIMEC;

Atividade 4 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de carga e atualização de escolas do PAR 5, no SIMEC;

Atividade 5 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas vinculações orçamentárias do PAR 5, no SIMEC;

Atividade 6 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de planejamento das ações de infraestrutura física e recursos pedagógicos do PAR 5, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC;

Atividade 7 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de Emendas do PAR 5, no SIMEC;

Atividade 8 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de empenho do PAR 5, no SIMEC;

Atividade 9 - Propor regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de desembolsos do PAR 5, no SIMEC.

Atividade 10 - Realizar reuniões de planejamento e feedback;

Atividade 11 - Propor procedimentos para implementação das melhorias e adequações necessárias para novos fluxos e estratégias, de modo a garantir a disponibilização tecnológica;

Atividade 12 - Estruturar plano e estratégia para implantação das adequações;

Atividade 13 - Realizar teste com o intuito de verificar as adequações propostas para fluxos e estratégias.

Atividade 14 – Elaboração de metodologia e instrumento para apoio à realização do estudo.

Atividade 15 - Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos do sistema.

CONSULTOR 2 - CGDEN

Atividade 1 - Estudar a base de dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle SIMEC a fim de entender as funcionalidades existentes, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR 4;

Atividade 2 - Realizar reuniões com os gestores que operacionalizam o SIMEC, de forma a compreender as dificuldades existentes e propor as possíveis melhorias sistêmicas;

Atividade 3 - Realizar mapeamento da rotina de tratamento de dados acerca do Plano de Ações Articuladas – PAR 4, especificamente quanto à execução dos objetos pactuados no âmbito do SIMEC;

Atividade 4 - Analisar as funcionalidades de carga e atualização de escolas do PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, bem como propor melhorias nas regras de negócio;

Atividade 5 - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de solicitações de empenho no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

Atividade 6 - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de geração de Termos de Compromisso no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

Atividade 7 - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de solicitações de pagamentos no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

Atividade 8 - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de prorrogação de prazo dos instrumentos pactuados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

Atividade 9 - Analisar e propor melhorias nas regras de negócio e nas funcionalidades de atualização de dados bancários no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, por meio de integração do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas;

Atividade 10 - Realizar reuniões de planejamento e feedback;

Atividade 11 - Propor procedimentos para implementação das melhorias e adequações necessárias, de modo a garantir a disponibilização tecnológica;

Atividade 12 - Estruturar plano e estratégia para implantação das adequações;

Atividade 13 - Realizar teste com o intuito de verificar as adequações propostas no SIMEC.

Atividade 14 – Elaboração de metodologia e instrumento para apoio à realização do estudo.

Atividade 15 - Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos do sistema.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1: Documento Técnico “A” contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de carga e atualização de escolas do PAR 5. **Documento técnico “B”**, contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernentes aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas vinculações orçamentárias do PAR 5. **Documento técnico “C”**, contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de planejamento do PAR 5. **Documento técnico “D”**, contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para desenvolvimento da funcionalidade de Emendas do PAR 5. **Documento técnico “E”**, contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de empenho do PAR 5. **Documento técnico “F”**, contendo estudo acerca da rotina de tratamento de dados concernente aos processos realizados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR, bem como Proposta de regras de negócio e elaboração de protótipos para melhorias nas solicitações de desembolsos do PAR 5, para os objetos materiais e formação.

Consultor 2: Documento técnico “A”, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de propostas aprovadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migradas para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade. **Documento técnico “B”**, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de empenhos efetivados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4, por meio de integração com o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade. **Documento técnico “C”**, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de termos de compromissos e de publicações realizadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migradas para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade. **Documento técnico “D”**, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de envio de pagamentos efetivados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migradas para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas,

bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade. **Documento técnico “E”**, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de prorrogação de prazo dos instrumentos pactuados no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migrados para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade. **Documento técnico “F”**, contendo estudo acerca da revisão da rotina e regras de negócio concernentes à funcionalidade de atualização de dados bancários no âmbito do Plano de Ações Articuladas PAR 4 e migrados para o Transferegov, identificando gargalos e inconsistências sistêmicas, bem como apresentando sugestão de melhorias para a referida funcionalidade.

7. Local de Trabalho: Brasília/DF

8. Duração do contrato: 11 Meses

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam com o currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 Análise Curricular:

a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;

b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicadas serão desconsiderados;

c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;

d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;

e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;

f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

g) A análise curricular valerá 70 (setenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “Tabela com Critérios de avaliação” constante do Termo de Referência.

9.2 Entrevista:

a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 49 pontos;

c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão encaminhado pelo candidato;

e) A entrevista valerá 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como h) capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

9.3 Análise documental/Convocação:

a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de “Análise curricular” e “Entrevista”, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas 1 e 2 (análise curricular + entrevista);

c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododigap@fnde.gov.br;

e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “7. Requisitos de Qualificação”, constante do Termo de Referência.

f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;

g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado

desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;

j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

10. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

11. Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenador Executivo do Projeto, para subsidiar deliberação do Diretor Nacional do Projeto.

Os interessados deverão enviar o currículo no modelo padrão, preferencialmente em formato PDF, do dia 05/01/2024 até o dia 10/01/2024 para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital 15/2023.